

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores clientes e acionistas.  
A Administração da Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Corretora") submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, as quais foram elaboradas em conformidade com as normas legais e estatutárias vigentes. As práticas contábeis adotadas para o registro das operações e para a elaboração destas Demonstrações Financeiras estão alinhadas à Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Banco Central do Brasil ("Bacen"), consubstanciadas no

Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF").  
No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Corretora registrou Lucro Líquido de R\$ 77.067 mil, correspondente a R\$ 6,04 por ação e rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido médio de 18,94%.  
A Corretora adota a apuração dos limites operacionais e de Basileia tomando como base os dados consolidados do *Conglomerado Prudencial Bank of America* ("Conglomerado"). Em 31 de dezembro de 2021, o índice de Basileia do Conglomerado, apurado de acordo com a regulamentação em vigor, é de 19,37%.

O Conglomerado possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes. Conforme determinado pelas regras vigentes do Banco Central, as estruturas que regem as atividades de gerenciamento de riscos e de capital do Conglomerado estão publicadas em diretório de acesso público, disponível no endereço: <http://www.merrilllynch-brasil.com.br/>.  
São Paulo, 28 de março de 2022.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (em milhares de Reais)		
	2021	2020
<b>ATIVO</b>		
<b>Circulante</b>	<b>1.468.209</b>	<b>1.300.232</b>
Disponibilidades (Nota 4)	267	262
Instrumentos financeiros	1.451.499	1.283.087
Aplicações em depósitos interfinanceiros (Nota 4)	497.486	405.712
Negociações e intermediação de valores (Nota 6)	933.202	854.578
Disponíveis para venda (Nota 5)	18.315	17.498
Outros ativos financeiros (Nota 7)	2.496	5.299
Ativos fiscais correntes (Nota 10)	15.113	15.902
Outros ativos (Nota 8)	1.330	981
<b>Não circulante</b>	<b>44.757</b>	<b>37.923</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>44.757</b>	<b>37.923</b>
Ativos fiscais diferidos (Nota 10)	25.597	19.150
Outros ativos (Nota 8)	19.160	18.773
<b>Total ativo</b>	<b>1.512.966</b>	<b>1.338.155</b>
<b>PASSIVO</b>		
<b>Circulante</b>	<b>1.055.955</b>	<b>960.019</b>
Negociações e intermediação de valores (Nota 6)	933.870	853.298
Obrigações fiscais correntes (Nota 10)	69.430	67.731
Outros passivos (Nota 11)	52.655	38.990
<b>Não circulante</b>	<b>19.072</b>	<b>18.540</b>
Provisões (Nota 9)	14.941	14.653
Obrigações fiscais diferidas (Nota 10)	3.987	3.426
Outros passivos (Nota 11)	144	461
<b>Total passivo</b>	<b>1.075.027</b>	<b>978.559</b>
Capital social	354.159	121.317
Reservas de lucros	83.028	238.137
Outros resultados abrangentes	752	142
<b>Total patrimônio líquido</b>	<b>437.939</b>	<b>359.596</b>
<b>Total passivo e patrimônio líquido</b>	<b>1.512.966</b>	<b>1.338.155</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (em milhares de Reais)			
	2º semestre	2021	2020
Receitas de intermediação financeira	14.072	19.058	9.040
(Perdas) líquidas com instrumentos financeiros	(959)	(788)	(152)
<b>Resultado da intermediação financeira</b> (Nota 13)	<b>13.113</b>	<b>18.270</b>	<b>8.888</b>
Receita de tarifas e comissões (Nota 14)	137.412	288.014	284.176
<b>Receitas operacionais</b>	<b>150.525</b>	<b>306.284</b>	<b>293.064</b>
Despesas de pessoal (Nota 15)	(41.447)	(75.683)	(66.709)
Despesas de tarifas e comissões	(3.070)	(5.535)	(3.009)
Outras despesas administrativas (Nota 16)	(42.535)	(74.613)	(60.416)
Outras receitas (despesas) operacionais (Nota 17)	(13.303)	(27.418)	(26.778)
<b>Lucro líquido antes da tributação</b>	<b>50.170</b>	<b>123.035</b>	<b>136.152</b>
Imposto sobre a renda (Nota 10)	(16.834)	(45.968)	(48.306)
<b>Lucro líquido do período/exercício</b>	<b>33.336</b>	<b>77.067</b>	<b>87.846</b>
<b>Lucro por ação em reais</b>	<b>2,61</b>	<b>6,04</b>	<b>6,89</b>
<b>Lucro básico e diluído por ação</b>	<b>2,61</b>	<b>6,04</b>	<b>6,89</b>
Quantidade de ações	12.756.775	12.756.775	12.756.775

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (em milhares de Reais)			
	2º semestre	2021	2020
<b>Lucro líquido do período/exercício</b>	<b>33.336</b>	<b>77.067</b>	<b>87.846</b>
Ativos financeiros disponíveis para a venda	360	490	142
Variação de valor justo (Nota 5)	601	817	237
Efeito tributário	(241)	(327)	(95)
Benefícios a empregados	120	120	-
Variação de valor justo (Nota 11)	198	198	-
Efeito tributário	(78)	(78)	-
<b>Total de outros resultados abrangentes</b>	<b>480</b>	<b>610</b>	<b>142</b>
<b>Total do resultado abrangente</b>	<b>33.816</b>	<b>77.677</b>	<b>87.988</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (em milhares de Reais)			
	2º semestre	2021	2020
<b>Fluxos de caixa provenientes das atividades operacionais:</b>	<b>71.384</b>	<b>91.779</b>	<b>117.189</b>
<b>Lucro líquido ajustado do período/exercício</b>	<b>22.428</b>	<b>70.963</b>	<b>80.423</b>
Lucro líquido do período/exercício	33.336	77.067	87.846
Ajustes ao lucro líquido:			
Créditos tributários (Nota 10)	(11.093)	(6.447)	(7.796)
Provisões/(Reversão) atuariais (Nota 11)	(174)	(119)	232
Obrigações fiscais diferidas (Nota 10)	428	561	218
Atualização depósitos judiciais (Nota 8)	(271)	(387)	(303)
Provisão de contingências e obrigações legais (Nota 9)	202	288	226
<b>Varição de ativos e passivos (Aumento) de instrumentos financeiros disponíveis para a venda</b>	<b>(601)</b>	<b>(817)</b>	<b>(406)</b>
(Aumento)/Redução de outros ativos financeiros (Aumento)/Redução de outros ativos	106.250	(75.821)	(200.296)
Impostos de renda e contribuição social pagos	(55.012)	(100.552)	(29.695)
Aumento/(Redução) de outros passivos financeiros	(103.640)	80.572	195.614
Aumento de outros passivos	111.245	116.994	79.579
<b>Fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento:</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(13.742)</b>
Juros sobre capital próprio pagos	-	-	(13.742)
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>71.384</b>	<b>91.779</b>	<b>103.447</b>
No início do período/exercício	426.369	405.974	302.527
No fim do período/exercício (Nota 4)	497.753	497.753	405.974
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>71.384</b>	<b>91.779</b>	<b>103.447</b>
Dividendos propostos	(3.970)	(3.970)	(8.219)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (em milhares de Reais)**

	Capital social		Reserva de lucros		Outros resultados abrangentes		Total	
	Capital	Aumento de capital	Legal	Estatutária	Lucros acumulados	Ativos disponíveis para venda		Benefícios a empregados
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>121.317</b>	-	<b>24.264</b>	<b>147.988</b>	-	-	<b>293.569</b>	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	87.846	-	87.846	
Juros sobre capital próprio (R\$ 1,08 por ação) (Nota 12)	-	-	-	-	(13.742)	-	(13.742)	
Dividendos (R\$ 0,64 por ação) (Nota 12)	-	-	-	-	(8.219)	-	(8.219)	
Reservas estatutárias	-	-	-	65.885	(65.885)	-	-	
Marcação a mercado de ativos financeiros disponíveis para a venda	-	-	-	-	-	142	142	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>121.317</b>	-	<b>24.264</b>	<b>213.873</b>	-	<b>142</b>	<b>359.596</b>	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	77.067	-	77.067	
Reserva legal (Nota 12)	-	-	3.853	-	(3.853)	-	-	
Aumento de capital (Nota 12)	222.092	10.750	-	(222.092)	-	-	10.750	
Juros sobre capital próprio (R\$ 1,12 por ação) (Nota 12)	-	-	-	-	(14.333)	-	(14.333)	
Dividendos (R\$ 0,31 por ação) (Nota 12)	-	-	-	-	(3.970)	-	(3.970)	
Aumento de reserva - dividendos (Nota 12)	-	-	-	8.219	-	-	8.219	
Reservas estatutárias (Nota 12)	-	-	-	54.911	(54.911)	-	-	
Marcação a mercado de ativos financeiros disponíveis para a venda (Nota 5)	-	-	-	-	-	490	490	
Benefícios a empregados (Nota 11)	-	-	-	-	-	120	120	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>343.409</b>	<b>10.750</b>	<b>28.117</b>	<b>54.911</b>	<b>632</b>	<b>120</b>	<b>437.939</b>	
<b>Saldos em 30 de junho de 2021</b>	<b>121.317</b>	<b>222.092</b>	<b>24.264</b>	<b>213.873</b>	<b>43.731</b>	<b>272</b>	<b>411.676</b>	
Lucro líquido do período	-	-	-	-	33.336	-	33.336	
Reserva legal (Nota 12)	-	-	3.853	-	(3.853)	-	-	
Aumento de capital e reserva estatutária (Nota 12)	222.092	(211.342)	-	-	-	-	10.750	
Juros sobre capital próprio (R\$ 1,12 por ação) (Nota 12)	-	-	-	-	(14.333)	-	(14.333)	
Dividendos (R\$ 0,31 por ação) (Nota 12)	-	-	-	-	(3.970)	-	(3.970)	
Reservas estatutárias (Nota 12)	-	-	-	54.911	(54.911)	-	-	
Marcação a mercado de ativos financeiros disponíveis para a venda (Nota 5)	-	-	-	-	-	360	360	
Benefícios a empregados (Nota 11)	-	-	-	-	-	120	120	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>343.409</b>	<b>10.750</b>	<b>28.117</b>	<b>54.911</b>	<b>632</b>	<b>120</b>	<b>437.939</b>	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (em milhares de Reais)**

**1. INFORMAÇÕES GERAIS**  
A Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Corretora") foi constituída em 25 de maio de 1998, sob a forma de sociedade por ações, tendo por objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às corretoras de títulos e valores mobiliários.  
A Corretora é constituída sob a forma de sociedade por ações e domiciliada no Brasil, sendo controlada diretamente pela BofAML EMEA Holdings 2 Limited, sociedade constituída em Jersey e indiretamente pelo Bank of America Corporation (controladora final do Grupo), com sede nos Estados Unidos da América. A Corretora está localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, na cidade de São Paulo.  
As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram autorizadas para divulgação pelo Comitê de Auditoria em 25 de março de 2022 e pela Diretoria em 28 de março de 2022.

**2. BASE DE PREPARAÇÃO**  
As demonstrações financeiras da Corretora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") e em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF") e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.  
As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. Essas estimativas e premissas foram consideradas, principalmente, na mensuração de provisões para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na determinação do prazo de realização dos créditos tributários. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.  
A Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/20 estabeleceram critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras com vigência a partir de janeiro de 2020, incluindo a apresentação da Demonstração do Resultado Abrangente. A Resolução BCB nº 2/20 determina que as instituições financeiras devem apresentar em suas notas explicativas, de forma segregada, os resultados recorrentes e não recorrentes incorridos no período. A norma prevê ainda que o Balanço Patrimonial passa a ser apresentado comparativamente à posição patrimonial do final do exercício social imediatamente anterior.  
A Corretora também está apresentando as contas do ativo e do passivo no Balanço Patrimonial por liquidez e exigibilidade.  
O CMN, através da Resolução nº 4.144 de 27 de setembro de 2012, aprovou o CPC 00 (R1) Pronunciamento Conceitual Básico que dispõe sobre a estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações financeiras.  
Principais normativos emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros:  
• Resolução CMN 4.818/20: estabelece os critérios para elaboração e divulgação de demonstrações contábeis individuais e consolidadas. A partir do exercício social de 2022, as instituições financeiras registradas como companhia aberta ou líderes de conglomerado prudencial enquadradas no Segmento 1 (s1), no Segmento 2 (s2), ou no Segmento 3 (s3) passarão a adotar obrigatoriamente o consolidado IFRS, ficando facultada a remessa das demonstrações do consolidado prudencial do Bacen (conglomerado prudencial). Adicionalmente, o normativo requer a divulgação em notas explicativas sobre as eventuais diferenças existentes entre os critérios e procedimentos para classificação, reconhecimento e mensuração aplicados nas demonstrações consolidadas em IFRS e os aplicados nas demonstrações individuais (plano Cosif);  
• Resolução CMN 4.910/21: dispõe sobre a prestação de serviços de auditoria independente para as instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e estabelece os requisitos para a constituição, extinção e adaptação do Comitê de Auditoria e passa a vigorar a partir de exercício social de 2022;  
• Resolução CMN 4.924/21: estabelece os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciamento contábeis, com vigência a partir do exercício social de 2022. Entre seus principais impactos, se destacam: (i) adoção dos pronunciamentos contábeis CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro e CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente; e (ii) facultada a utilização de taxa de câmbio à vista diferente de taxa informada pelo Bacen;  
• Resolução CMN 4.943/21: altera a Resolução CMN 4.557/17 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamentos de riscos e capital e a política de divulgação de informações para integrar os riscos social, ambiental e climático na estrutura de gerenciamento de riscos das instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e abranger mecanismos de identificação e monitoramento destes riscos em decorrência de seus produtos, serviços e atividades ou processos que sejam

desempenhados pela própria instituição, contrapartes, entidades controladas e fornecedores ou prestadores de serviços e passa a vigorar a partir do segundo semestre de 2022;  
• Resolução CMN 4.966/21: dispõe sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) e reformula os conceitos e critérios para a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito pelas instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen. Adicionalmente é requerido às instituições a elaboração de um plano de implementação dos novos requerimentos desta resolução e, um resumo deste plano deve ser divulgado nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022;  
A Corretora está avaliando os impactos dos novos normativos acima.

**2.1. Conversão em moeda estrangeira**  
As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, a moeda do ambiente econômico primário na qual a entidade opera e moeda funcional da Corretora.

**2.2. Caixa e equivalentes de caixa**  
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança no valor justo, que são utilizados pela Corretora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

**2.3. Ativos financeiros**  
A Corretora reconhece ativos financeiros em seu balanço patrimonial quando torna-se parte das condições contratuais do instrumento.  
De acordo com a Circular nº 3.068/01 do Bacen, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da administração. A Corretora classifica seus ativos financeiros como: mantidos até o vencimento, disponíveis para a venda ou mantidos para negociação. Os ativos financeiros somente são classificados como mantidos até o vencimento somente se houver a intenção e capacidade financeira da Corretora para sua manutenção em carteira até o vencimento.  
A Corretora inicialmente mensura e reconhece os ativos financeiros pelo valor justo. No caso de ativos financeiros não classificados como mantidos para negociação, são acrescidos e/ou deduzidos os custos de aquisição diretamente atribuíveis ao ativo financeiro. Para os ativos financeiros classificados como mantidos para negociação, estes custos são reconhecidos como despesa no momento em que ocorrem.  
Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros registrados como mantidos para negociação no balanço patrimonial estão mensurados pelo valor justo em contrapartida ao resultado do período. Os ativos financeiros registrados como disponíveis para a venda no balanço patrimonial estão mensurados pelo valor justo em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido.  
Negociações e intermediações de valores são substancialmente compostos por recebíveis oriundos da intermediação de valores mobiliários junto a clientes e à bolsa de valores e estão registrados no balanço patrimonial ao custo amortizado.

**2.4. Passivos financeiros**  
A Corretora reconhece passivos financeiros em seu balanço patrimonial quando torna-se parte das condições contratuais do instrumento. Negociações e intermediação de valores são substancialmente compostos por obrigações oriundas da intermediação de valores mobiliários junto a clientes e à bolsa de valores e estão registrados no balanço patrimonial ao custo amortizado.

**2.5. Baixa de Ativos e Passivos financeiros**  
A Corretora efetua a baixa de um ativo financeiro se os direitos contratuais de receber os fluxos de caixa tenham vencido ou se todos os riscos e benefícios deste tenham sido transferidos para um terceiro. Caso a Corretora não tenha transferido todos os riscos ou benefícios para um terceiro, então, o ativo financeiro não é baixado.  
A Corretora efetua a baixa de um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais deixam de existir, vencem ou são canceladas.

**2.6. Demonstração dos fluxos de caixa**  
A Demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com o método indireto.

**2.7. Impostos correntes e diferidos**  
A apuração das bases de cálculo tributáveis do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro foi efetuada tomando-se por base a legislação fiscal vigente para o período-base. As alíquotas aplicadas sobre as bases de cálculo apuradas pelo lucro real são: imposto de renda 15%, com adicional de 10% sobre o lucro excedente a R\$ 240 no exercício, e contribuição social de 15% a 20% conforme abaixo.  
Em 14 de julho de 2021, foi publicada a Lei nº 14.183 e que de acordo com o Art. 1º, inciso I, majorou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido aplicável as Corretoras de 15% para 20%, no período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2021. A expectativa de realização dos créditos tributários da Corretora, conforme demonstrada na Nota 10, está baseada em projeções de resultados futuros e

fundamentada em estudo técnico. Considerando as perspectivas de realização dos ativos fiscais diferidos, em 31 de dezembro de 2021 a Corretora manteve registrado: (i) crédito tributário de IRPJ com a alíquota nominal de 25% sobre os ajustes temporários a serem realizados; e (ii) crédito tributário relativo à CSL com a alíquota nominal de 15% sobre os ajustes temporários.

As despesas do Imposto de Renda e da Contribuição Social são reconhecidas na demonstração do resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço patrimonial a fim de determinar se ainda existem, realizando-se os ajustes adequados com base nas constatações das análises realizadas.

**2.8. Benefícios a empregados**  
Trata-se de benefícios concedidos a empregados por meio de planos ou acordos formais, bem como por meio de disposições legais, ou setoriais, os quais exigem com que a Corretora contribua por forma de benefícios aos seus empregados. Entre os benefícios estão:  
a) Benefícios de curto prazo: salários, férias remuneradas, seguridade social, previdência privada, participações nos resultados e bônus e benefícios não monetários como planos de saúde e seguro de vida para os empregados atuais. Os custos dos serviços correntes e dos benefícios de curto prazo são reconhecidos no resultado do período.  
b) Benefícios pós-emprego: aposentadoria e outros benefícios como assistência saúde pós-emprego.

A Corretora avalia como plano de benefício definido, seus benefícios pós-emprego, e seu valor é obtido por meio de cálculos atuariais que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo líquido está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações.  
O custo do serviço corrente e os juros sobre o benefício definido são reconhecidos no resultado do período e as remensurações do benefício definido, principalmente decorrentes de estimativas atuariais e taxas de desconto, são reconhecidas em outros resultados abrangentes, líquido dos efeitos tributários.  
O valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações futuras é calculado anualmente por atuários independentes, os quais determinam a taxa de desconto apropriada para a mensuração destas obrigações. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Corretora considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, sendo estes denominados em Reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações. As principais premissas para as obrigações baseiam-se, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 11.

**2.9. Transações envolvendo pagamento baseado em ações**  
Funcionários elegíveis (inclusive executivos seniores) do Grupo recebem remuneração em forma de pagamento baseado em ações, em que os funcionários prestam serviços e são remunerados com base em valores referenciados às ações do Bank of America Corporation, negociadas na New York Stock Exchange (NYSE) sob o código BAC, os quais somente podem ser liquidados com caixa ("transações liquidadas com caixa").  
O custo de transações liquidadas com caixa é mensurado inicialmente ao valor justo na data da outorga utilizando o valor de mercado das ações divulgadas pela NYSE e convertidos para Reais. Esse valor justo é debitado na demonstração do resultado ao longo do período até a liquidação, com o reconhecimento do passivo correspondente.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020**  
(em milhares de Reais)

financeiros originados (regime de competência) por meio da utilização do método da taxa de juros efetiva.

**Receita e despesas de tarifas e comissões:** As receitas ou despesas recebidas ou pagas em decorrência de prestação de serviço são reconhecidas de forma linear pelo período de tempo em que perdurar a prestação destes serviços.

**Receita e despesas não financeiras:** São reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos ou custos fluirão para a entidade, respeitando o prazo e características da relação contratual que lhes deram origem.

**2.12. Outros ativos e passivos**

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais (em base "pro rata" dia) auferidos e provisões para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais (em base "pro rata" dia) incorridos.

**2.13. Ativos e passivos circulantes e não circulantes**

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado (valor justo) ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no ativo circulante, conforme estabelecido pela Circular Bacen nº 3.068/2001.

A Resolução nº 4.803 de 9 de abril de 2020 que entrou em vigor a partir de sua data de publicação e permite que operações renegociadas no período de 1º de março a 30 de setembro de 2020 sejam reclassificadas para o nível em que estavam classificadas no dia 29 de fevereiro de 2020, exceto para operações que em 29 de fevereiro de 2020 apresentavam atraso igual ou superior a quinze dias no pagamento de parcela de principal ou encargos e operações que apresentem evidências de que não serão honradas nas novas condições.

**2.14. Lucro por ação**

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido da Corretora pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em cada exercício, quando aplicável. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

**2.15. Resultado recorrente e não recorrente**

Considera-se resultado não recorrente, o resultado que: i) não esteja relacionado ao esta relação incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e ii) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Corretora não registrou receitas e despesas não recorrentes.

**3. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS**

As demonstrações financeiras incluem estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam maior impacto nos ativos e passivos estão conforme descritos a seguir.

**3.1. Valorização dos instrumentos financeiros**

O valor justo dos instrumentos financeiros é o valor pelo qual ele pode ser comprado ou vendido em uma operação corrente entre partes cientes e dispostas a negociar, conduzida em bases estritamente comerciais. Caso um preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um instrumento, o valor justo é calculado com base nesse preço.

Caso não haja um preço de mercado disponível para um instrumento financeiro, seu valor justo será estimado com base no preço estabelecido em operações recentes envolvendo o mesmo instrumento ou instrumentos similares e, na ausência destes, com base em técnicas de avaliação normalmente usadas pelo mercado financeiro, considerando, quando aplicável, dados observáveis no mercado.

**3.2. Impostos diferidos**

Conforme apresentado na Nota 10, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação as diferenças temporárias na medida em que se considera provável que a Corretora terá lucro tributável futuro de forma que tais ativos fiscais diferidos possam ser utilizados. De acordo com a regulamentação atual, a realização esperada do crédito tributário da Corretora, é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em estimativas sobre projeções de eventos e tendências futuras, que podem afetar as demonstrações financeiras.

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

O saldo de caixa e equivalentes de caixa está composto da seguinte maneira:

	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos bancários	267	262
Disponibilidades	267	262
Aplicações em depósitos interfinanceiros	497.486	405.712
<b>Total</b>	<b>497.753</b>	<b>405.974</b>

**5. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA A VENDA**

Os ativos financeiros disponíveis para a venda estão compostos da seguinte maneira:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Custo	Valor de mercado	Custo	Valor de mercado
<b>Títulos Privados</b>				
Fundo de Investimento				
Liquidez da Câmara				
BM&FBOVESPA - FILCB	17.261	18.315	17.261	17.498
<b>Total</b>	<b>17.261</b>	<b>18.315</b>	<b>17.261</b>	<b>17.498</b>

O Fundo de Investimento Liquidez da Câmara BM&FBOVESPA - FILCB foi avaliado a mercado pela última cotação disponível.

A Nota 21 contém detalhes do perfil de vencimento dos ativos e passivos financeiros da Corretora.

**6. NEGOCIAÇÕES E INTERMEDIÇÃO DE VALORES**

Os saldos dessas contas classificadas no ativo circulante e no passivo circulante, são substancialmente compostos por operações de intermediação de negociações de valores mobiliários e ativos financeiros a liquidar em bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.

	31/12/2021	31/12/2020
Negociações e intermediação de valores mobiliários	933.202	854.578
<b>Total ativo</b>	<b>933.202</b>	<b>854.578</b>
Negociações e intermediação de valores mobiliários	(933.870)	(853.298)
<b>Total passivo</b>	<b>(933.870)</b>	<b>(853.298)</b>

**7. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS**

A composição dos outros ativos e passivos financeiros está detalhada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Rendas a receber por prestação de serviços	2.496	5.299
<b>Total outros ativos financeiros</b>	<b>2.496</b>	<b>5.299</b>

A Nota 21 contém os detalhes do perfil de vencimento dos ativos financeiros da Corretora.

**8. OUTROS ATIVOS**

A composição dos outros ativos está detalhada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos judiciais	19.160	18.773
Outros valores (a)	1.312	616
Adiantamentos e antecipações salariais	18	365
<b>Total outros ativos</b>	<b>20.490</b>	<b>19.754</b>

(a) Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, referem-se substancialmente, a reembolsos de despesas a receber junto ao Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.

**9. PROVISÕES**

Provisões representam obrigações presentes (legais ou presumidas) na data do balanço patrimonial decorrentes de eventos passados cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, embora o valor e/ou época sejam incertos, tais obrigações são avaliadas como passivos não circulantes.

As provisões registradas na data do balanço referem-se a obrigações legais e passivos fiscais contingentes cuja movimentação encontra-se detalhada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	14.653	14.427
Constituições	288	226
<b>Saldo final</b>	<b>14.941</b>	<b>14.653</b>

As constituições apresentadas são referentes às atualizações das obrigações legais registradas no balanço patrimonial em contrapartida às outras despesas operacionais.

A Corretora é parte em litígios judiciais e administrativos de natureza fiscal, que são classificados de acordo com a sua natureza, como contingências ou obrigações legais. De acordo com o CPC 25, são classificados como passivos contingentes os processos judiciais ou administrativos decorrentes de autos de infração ou notificações judiciais onde contestam-se as exigências formuladas pelas autoridades fiscais. São classificadas como obrigação legal as discussões acerca da inconstitucionalidade ou legalidade da exigência de determinado tributo.

(i) **Obrigações legais:** As obrigações legais fiscais estão registradas na rubrica "provisões" e são compostas, principalmente, pela discussão sobre o alargamento da base de PIS/Cofins nos termos do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98. Adicionalmente, por representarem obrigações legais, o montante envolvido está integralmente provisionado.

(ii) **Passivos contingentes:** A Corretora também é parte em litígios tributários cujos riscos de perda são classificados pela Administração, com base no prognóstico de seus consultores jurídicos, como possíveis. Estimam-se os potenciais passivos contingentes associados a tais litígios o valor de R\$ 83.766 (R\$ 82.138 em dezembro de 2020) que envolvem as seguintes discussões: (i) PIS e Cofins sobre ganhos decorrentes da desmutualização da B3 no valor de R\$ 43.566 (R\$ 42.785 em dezembro de 2020); e (ii) PIS e Cofins sobre corretagem de investidor estrangeiro no valor de R\$ 40.200 (R\$ 39.353 em dezembro de 2020).

Destaca-se que dado o prognóstico de perda possível, não há provisão constituída para fazer face às perdas potencialmente derivadas de tais litígios.

**10. ATIVOS PASSIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS**

**10.1. Imposto de renda e contribuição social corrente**

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ativo</b>		
Impostos e contribuições a compensar	15.113	15.902
<b>Total ativos fiscais correntes</b>	<b>15.113</b>	<b>15.902</b>
<b>Passivo</b>		
Impostos e contribuições a recolher	(17.170)	(11.750)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	(52.260)	(55.981)
<b>Total obrigações fiscais correntes</b>	<b>(69.430)</b>	<b>(67.731)</b>

**10.2. Imposto de renda e contribuição social diferido**

	31/12/2021	31/12/2020
Diferenças temporárias	5.931	5.815
Contingências	19.666	13.335
Provisão para participação nos lucros ("PLR")	25.597	19.150
<b>Total de créditos tributários - ativo</b>	<b>(3.987)</b>	<b>(3.426)</b>

**10.3. Resultado de imposto de renda e contribuição social**

	31/12/2021		31/12/2020	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	123.035	123.035	136.152	136.152
Juros sobre capital próprio	(14.333)	(14.333)	(13.742)	(13.742)
Ajustes temporários (1)	15.729	15.729	19.187	19.187
Ajustes permanentes	960	960	869	869
<b>Resultado antes do IRPJ e CSLL</b>	<b>125.391</b>	<b>125.391</b>	<b>142.466</b>	<b>142.466</b>
Aliquotas	25%	15 e 20%	25%	15%
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>(31.323)</b>	<b>(21.895)</b>	<b>(35.592)</b>	<b>(21.371)</b>
Incentivos fiscais	960	-	983	-
Passivo fiscal diferido	(98)	(58)	(77)	(46)
Ativo fiscal diferido	4.030	2.417	4.872	2.925
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(26.432)</b>	<b>(19.536)</b>	<b>(29.814)</b>	<b>(18.492)</b>

(1) Substancialmente compostos por contingências fiscais e outras obrigações sociais e estatutárias.

**10.4. Movimentação do crédito tributário**

	Crédito Tributário Diferido Ativo - IRPJ	
	Dezembro/20	Dezembro/21
Contingências fiscais	3.663	-
Provisão PLR	8.334	(7.420)
Marcação a mercado	-	(53)
<b>Total</b>	<b>11.997</b>	<b>(7.473)</b>

	Crédito Tributário Diferido Ativo - IRPJ	
	Dezembro/19	Dezembro/20
Contingências fiscais	3.607	-
Provisão PLR	3.518	(2.739)
<b>Total</b>	<b>7.125</b>	<b>(2.739)</b>

	Crédito Tributário Diferido Ativo - CSLL	
	Dezembro/20	Dezembro/21
Contingências fiscais	2.152	-
Provisão PLR	5.001	(4.452)
Marcação a mercado	-	(32)
<b>Total</b>	<b>7.153</b>	<b>(4.484)</b>

	Crédito Tributário Diferido Ativo - CSLL	
	Dezembro/19	Dezembro/20
Contingências fiscais	2.118	-
Provisão PLR	2.111	(1.644)
<b>Total</b>	<b>4.229</b>	<b>(1.644)</b>

**10.5. Expectativa de realização do crédito tributário**

Com base em estudo técnico preparado pela Administração, a expectativa de realização anual dos créditos tributários e o valor presente apurado com base na taxa do CDI de 31 de dezembro de 2021 são os seguintes:

Exercício	Expectativa de realização por exercício	Valor presente dos créditos tributários
2022	19.529	17.892
2027 e acima	6.068	3.588
<b>Total</b>	<b>25.597</b>	<b>21.479</b>

O estudo técnico sobre a realização dos créditos tributários foi elaborado pela Administração com base nos cenários atual e futuro da projeção de resultados: O custo de renda e contribuição social diferidos serão realizados à medida em que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal. Atualmente, não há expectativa de realizações para os anos de 2023 a 2026.

**10.6. Movimentação de obrigações fiscais diferidas**

As obrigações fiscais diferidas foram constituídas com base na atualização dos juros sobre depósitos judiciais e sua movimentação encontra-se detalhada a seguir:

	Dezembro/20	Realização	Constituição	Dezembro/21
Juros sobre depósitos judiciais	3.331	-	154	3.485
Provisão atuarial	-	-	80	80
Marcação a mercado	95	-	(327)	(232)
<b>Total</b>	<b>3.426</b>	<b>-</b>	<b>561</b>	<b>3.987</b>

	Dezembro/19	Realização	Constituição	Dezembro/20
Juros sobre depósitos judiciais	3.208	(54)	177	3.331
Marcação a mercado	-	(66)	161	95
<b>Total</b>	<b>3.208</b>	<b>(120)</b>	<b>338</b>	<b>3.426</b>

**11. OUTROS PASSIVOS**

A composição dos outros passivos está detalhada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Programa de participação nos resultados	28.985	20.710
Valores a pagar sociedades ligadas (1)	9.272	3.955
Programa de participação nos resultados baseados em ações (2)	7.939	4.116
Provisão para pagamentos a efetuar	2.489	1.990
Passivos atuariais (3)	144	461
Dividendos a pagar	3.970	8.219
<b>Total outros passivos</b>	<b>52.799</b>	<b>39.451</b>

(1) O saldo é composto substancialmente dos reembolsos de despesas operacionais a pagar o Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("Banco").

(2) Planos de remuneração baseados em ações.

O plano para os funcionários elegíveis ao programa de remuneração baseada em ações é concedido através do recebimento de valores baseados em ações. O valor pago aos funcionários é equivalente ao preço de mercado das ações na data de liquidação. Não há alternativas para pagamento em ações. Os funcionários elegíveis recebem direitos de valorização de ações, somente pagáveis em dinheiro. Esses direitos são liquidados anualmente, com base na quantidade de ações a serem pagas ao término de cada período de aquisição. O período de diferimento do benefício é de três anos a contar a partir do recebimento da gratificação, sendo 33,33% do benefício pago a cada ano. O valor justo das ações é calculado na data de pagamento, com base em valores divulgados pela NYSE.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, nenhum direito de valorização de ações tornou-se exercível. Não houve cancelamentos ou alterações nos planos no período em questão.

(3) Benefícios pós-emprego: Os valores reconhecidos no resultado do exercício de 31 de dezembro de 2021 foram de R\$ (119) (2020 - R\$ 232) e em outros resultados abrangentes R\$ (198) (2020 - R\$ 0). Os valores seguiram as seguintes premissas para sua mensuração uma vez que os benefícios pós-emprego da Corretora são avaliados como Benefícios Definidos:

i. **Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial em 31 de dezembro de 2021**

i. **Critério para apuração dos ativos** - Os Planos de Assistência Médica não possuem ativos garantidores alocados para a cobertura dos benefícios por ele oferecidos, sendo os mesmos pagos diretamente pela Corretora conforme sua ocorrência.

ii. **Taxa para desconto da obrigação atuarial:** 8,88% a.a. (5,30% a.a. real)

iii. **Taxa anual de inflação de longo prazo:** 3,40% a.a.

iv. **Crescimento dos custos médicos:** 7,79% a.a. (4,25% a.a. real)

v. **Crescimento dos custos médicos por envelhecimento:** Por faixa etária, 0 a 24 anos = 1,25% a.a.; 25 a 54 anos = 2,75% a.a.; 55 a 79 anos = 4,75% a.a.; e a partir de 80 anos = 2,25% a.a.

vi. **Percentual de permanência no plano dos futuros aposentados e desligados:** 100%.

vii. **Tábua de mortalidade geral:** AT-2000, suavizada em 10%, segregada por sexo.

A tábua de mortalidade geral adotada - AT-2000 suavizada em 10% reflete de forma adequada a sobrevida que vem sendo observada nos últimos anos em populações vinculadas a programas de benefícios nos moldes do que a Corretora mantém junto aos seus empregados, sendo largamente adotada em avaliações atuariais desta natureza no Brasil.

viii. **Rotatividade:** Experiência interna.

A premissa de rotatividade é baseada na experiência efetiva dos funcionários da Corretora, elegíveis aos benefícios pós-emprego, os quais resultaram em média 13% a.a.

ix. **Idade na data de aposentadoria:** 65 anos de idade para homens e 62 para mulheres.

x. **Método atuarial:** Crédito Unitário Projetado.

O objetivo deste método é diluir o custo do benefício de cada empregado ao longo do período no qual é previsto que este irá trabalhar para a empresa. A determinação do custo para cada ano de serviço é obtida indiretamente pela alocação dos benefícios esperados entre os anos de serviço.

As premissas biométricas/demográficas adotadas estão aderentes à massa de participantes do plano de benefícios, conforme estudos elaborados por consultoria atuarial externa e independente.

**II - Exposição a riscos**

As obrigações existentes, vinculadas aos benefícios pós-emprego, aqui avaliadas como benefícios definidos, expõem a Corretora a uma série de riscos, sendo os principais expostos a seguir:

- **Risco de inflação:** Conforme demonstrado nas premissas atuariais, os valores dos planos estão vinculados ao índice de inflação, e uma vez que a inflação suba, esta levará as obrigações a um patamar mais elevado, gerando um passivo atuarial mais relevantes;

- **Expectativa de vida:** Os benefícios definidos disponibilizados pela Corretora possuem como variável a idade do beneficiário, por isso o aumento da expectativa de vida irá resultar em um aumento nos passivos.

**III - Evolução do montante líquido reconhecido no Balanço Patrimonial**

	Passivo atuarial



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020  
(em milhares de Reais)

A seguir, apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, registrados na Corretora e seus respectivos valores justos:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Negociação e intermediação	933.870	933.870	853.298	853.298
<b>Total</b>	<b>933.870</b>	<b>933.870</b>	<b>853.298</b>	<b>853.298</b>

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

- Aplicações em depósitos interfinanceiros: Referem-se a aplicações em depósitos interfinanceiros pós-fixados de curto prazo. O valor contábil apresentado para estes instrumentos se aproxima substancialmente do seu valor justo.
- Negociações e intermediações: referem-se aos direitos e às obrigações oriundas da intermediação das negociações de instrumentos financeiros efetuadas por conta de clientes. O valor contábil apresentado para estes instrumentos se aproxima substancialmente do seu valor justo.
- Outros ativos financeiros: incluem valores a receber pela prestação de serviços a serem liquidados no curto prazo. Tendo em vista os prazos para referidas liquidações, o valor justo e o valor contábil estão substancialmente próximos.

19. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Corretora incluem, além de suas controladoras, subsidiárias-irmãs e coligadas, o pessoal-chave da Administração da Corretora, familiares próximos do pessoal-chave da Administração e entidades sobre as quais esse pessoal-chave ou seus familiares próximos podem exercer influência ou controle significativo.

Pessoas-chave da Administração são definidas como aquelas que têm autoridade e responsabilidade de planejamento, direção e controle das atividades do Grupo Bank of America Brasil, direta ou indiretamente.

i. Remuneração da Administração

Para fins de divulgação, entende-se por pessoal-chave da Administração, os diretores estatutários do grupo Bank of America no Brasil, cuja remuneração paga está demonstrada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Plano de benefícios de longo prazo	27.865	22.579
Participação nos lucros e gratificações	14.133	18.995
Salários e benefícios	17.093	16.436
Previdência privada	1.449	1.372
<b>Total</b>	<b>60.540</b>	<b>59.382</b>

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram pagos encargos sociais no montante de R\$ 20.202 (2020 - R\$ 19.771).

ii. Plano de benefícios a longo prazo

A prática de concessão de incentivo a longo prazo tem por propósito promover o sucesso e aumentar o valor da Corretora, ligando os interesses pessoais dos colaboradores-chave com os interesses dos acionistas. Destaca-se como objetivo primordial o reforço da motivação, atração e retenção dos colaboradores-chave.

iii. Rescisão de contrato

Os contratos possuem prazo indeterminado. A extinção da relação de trabalho, no caso de descumprimento de obrigações, não dá direito a qualquer compensação financeira.

19.1. Transações com partes relacionadas

Os saldos das transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

i. Saldos mantidos em balanço junto às partes relacionadas não controladoras

Tipo de operação	Vencimento	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ativos</b>			
Disponibilidades		265	262
Aplicações interfinanceiras de liquidez	03/01/2022	497.486	-
	04/01/2021	-	405.712
Negociação e intermediação de valores	04/01/2022	886.722	-
	05/01/2021	-	347.086
Outros ativos financeiros	17/01/2022	2.495	-
	15/01/2021	-	5.298
Outros valores (a)		1.033	497
<b>Total ativos</b>		<b>1.388.001</b>	<b>758.855</b>
<b>Passivos</b>			
Negociação e intermediação de valores	04/01/2022	(886.178)	-
	05/01/2021	-	(587.785)
Valores a pagar sociedades ligadas		(9.272)	(3.955)
Dividendos a pagar		(3.970)	(8.219)
<b>Total passivos</b>		<b>(899.420)</b>	<b>(599.959)</b>

(a) Referem-se, basicamente, a contratos de prestação de serviços relativos ao provimento de infraestrutura técnica e operacional necessária em negociações com valores mobiliários efetuadas com empresas relacionadas.

ii. Saldos apresentados nos resultados decorrentes de operações junto às partes relacionadas não controladoras

Tipo de operação	31/12/2021	31/12/2020
Receita com juros e similares	19.057	9.040
Receitas de prestação de serviços	38.703	28.780
Despesas de prestação de serviços	(960)	(960)
Despesas administrativas	(60.264)	(47.122)

As operações efetuadas com empresas do grupo foram realizadas com base em condições usualmente praticadas no mercado.

20. GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL

O arcabouço de risco do Bank of America Corporation (BAC) define os princípios para o gerenciamento consistente e eficiente dos diversos riscos aos quais o BAC e suas subsidiárias estão sujeitos, incluindo-se as subsidiárias brasileiras do Conglomerado Prudential Bank of America ("Conglomerado") que é composto pelo Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. e Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.

A estrutura de governança aplica-se a todos os funcionários e colaboradores e estabelece papéis e responsabilidades para fins do gerenciamento de riscos para as distintas áreas da organização, divididas em três linhas de defesa: (i) negócios e respectivas áreas de controle; (ii) áreas independentes de risco e demais áreas de controle e (iii) auditoria interna. Esta estrutura atua no estabelecimento do modelo, apetite de risco e limites para as atividades do Conglomerado, através de uma estrutura de alçadas delegadas a comitês, e executivos, supervisionada pela Diretoria e comitês regionais.

O Conglomerado gerencia estes riscos segundo padrões globais, compostos por políticas, processos, sistemas, rotinas e procedimentos locais. Apesar da responsabilidade pelo gerenciamento de risco ser atribuída a todos os colaboradores, a área de riscos gerencia estes riscos através de análises tempestivas e independentes. Em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17, o gerenciamento dos diversos tipos de risco está integrado na Diretoria Executiva de Riscos, sob a responsabilidade do Chief Risk Officer ("CRO") e supervisão do Comitê de Gerenciamento de Riscos do Brasil (BMRC). O BMRC subordina-se à Diretoria e, entre outras responsabilidades, revisa e avalia a conformidade com os níveis de apetite de riscos, documentados na Declaração de Apetite de Riscos (RAS), bem como, estratégias para o gerenciamento desses riscos, considerados individualmente e de forma integrada.

As atribuições do comitê de riscos encontram-se disponíveis no endereço eletrônico (<http://www.merrillynch-brasil.com.br/>).

A estrutura de gerenciamento integrado de riscos identifica, mensura, avalia, monitora, informa, controla e mitiga os seguintes tipos de risco:

**Risco de Crédito:** Definido como a possibilidade de ocorrências de perdas associadas à inabilidade ou ao descumprimento pelo tomador, ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e ao custo de recuperação. A exposição de risco de crédito refere-se ao montante em risco ou à máxima perda potencial à qual o Conglomerado está exposto à medida em que concede um novo crédito.

Seguindo um rigoroso e disciplinado processo de seleção de clientes, o risco de crédito é gerenciado com base no perfil de risco de cada tomador ou contraparte, incluindo a avaliação de fontes de repagamento, garantias subjacentes, e os impactos esperados relacionados ao ambiente econômico atual e projetado. Análise, monitoramento e limites de crédito são reavaliados proativamente para capturar eventuais mudanças no perfil de risco. O Conglomerado segue as Políticas de Risco de Crédito locais e globais, que estabelecem elevados padrões para o gerenciamento e monitoramento do risco de crédito.

**Risco Operacional:** Definido como aquele decorrente de perdas resultante de eventos externos ou de sistemas, pessoas e processos internos inadequados ou deficientes, inerente a todas as atividades do Conglomerado. O Programa de Gerenciamento de Risco Operacional, em conformidade com os requisitos do Banco Central do Brasil, incorpora e documenta os processos para a identificação, mensuração, monitoramento, controle e reporte de informações de risco operacional e de conformidade aos comitês apropriados. Cada linha de negócios e respectivas áreas de controle tem a responsabilidade de implementar esses processos e cumprir com as políticas e os padrões aplicáveis de risco operacional.

**Risco de Conformidade (Compliance):** Definido como aquele decorrente de sanções legais ou regulatórias capazes de acarretar prejuízos financeiros relevantes ou danos à reputação do Conglomerado devido ao descumprimento dos requisitos de leis, regras, regulamentos aplicáveis, bem como, os padrões e códigos de conduta. A Política de Compliance segue as diretrizes globais bem como os requerimentos locais da Resolução CMN nº 4.595/17.

**Risco de Mercado:** Definido como aquele decorrente de mudança nas condições de mercado que possam afetar negativamente o valor dos ativos e passivos ou, de outra forma, afetar negativamente os resultados. O risco de mercado é composto por risco de preço e risco de taxa de juros.

Análise de sensibilidade, limites de Value at Risk ("VaR"), limites de estresse e outros tipos de limites sobre métricas de risco são estabelecidos para o gerenciamento das exposições de risco do mercado do Conglomerado. Também são estabelecidos limites para mensurar e monitorar o risco de taxa de juros na carteira bancária.

i. Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade permite mensurar o impacto no valor de uma posição ou carteira decorrente de mudanças isoladas em fatores de mercado, mantendo-se constantes os demais fatores de risco de mercado. A área de Risco de Mercado Local analisa e reporta diariamente às demais áreas de negócios as medidas de sensibilidade de riscos em relação a taxas de juros, curvas de juros, volatilidades, exposição cambial, ações e mercadorias.

ii. VaR (Value-at-Risk)

O Conglomerado aplica globalmente a metodologia de VaR para mensurar potenciais perdas da carteira. O VaR é uma metodologia padrão utilizada para estimar a perda máxima esperada de uma carteira dado um nível de significância e dentro de um horizonte de tempo determinado. A área de Risco de Mercado Local utiliza a medida de VaR como indicador do nível de risco de mercado, sendo que alterações observadas nesta medida devem estar correlacionadas com mudanças relativas de risco.

O modelo consiste em uma simulação histórica realizada em um período de observações de 3 anos atualizado periodicamente. O nível de confiança do modelo é de 99% e o horizonte de 1 dia, considerando-se a média das últimas 19 perdas mais relevantes neste período de três anos. Essa metodologia leva em consideração os efeitos de riscos extremos, chamado efeito de "risco de cauda" características das séries dos ativos financeiros.

A seguir, mostra-se o VaR do Conglomerado nas datas de final de período e os seus valores máximos, mínimos e médios ao longo do ano:

VaR (*) 99% (1 dia em milhares de Reais)	31/12/2021		31/12/2020	
	Fim do período	Mínimo *	Máximo *	Médio *
	9.536	2.458	5.083	2.831
	13.491	13.491	11.935	11.935
	6.204	6.204	5.294	5.294

(\*) Média das 19 perdas mais relevantes de uma janela de observação de 3 anos

A metodologia de VaR por simulação histórica não exige que haja hipótese prévia sobre a distribuição dos retornos e não é necessário estimar volatilidades ou correlações entre os ativos do portfólio, considerada uma vantagem em relação a outras metodologias de cálculo de VaR. Entretanto, com relação aos retornos históricos, deve-se considerar que eventos passados não representam, necessariamente, eventos futuros, ou seja, a série temporal pode conter eventos que não ocorrerão mais ou ainda, omitir eventos que ocorrerão no futuro. Além disso, por ponderar todas as amostras com o mesmo peso, o VaR pode ser distorcido por informações antigas e caso um valor extremo saia da janela de observação, o VaR poderá sofrer grande variação.

**Risco de Liquidez:** Definido como a possibilidade do Conglomerado (i) não ser capaz de honrar eficientemente as obrigações esperadas ou inesperadas, correntes ou futuras, incluindo aquelas decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. e (ii) não conseguir negociar à preços de mercado uma posição, devido ao elevado volume em relação ao normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade entre oferta e demanda de determinado ativo no mercado. A Tesouraria Corporativa, em conjunto com as áreas de negócios, monitora a posição de liquidez diariamente e caso necessário toma ações corretivas para manter as métricas de liquidez de acordo com o apetite por risco e limites estabelecidos. Adicionalmente, o Conglomerado possui um plano de contingência de liquidez para situações na qual a métrica de estresse fique abaixo dos limites pré determinados.

**Risco Reputacional:** Definido como aquele proveniente da percepção negativa da conduta e práticas de negócios adotadas pelo Conglomerado que possam afetar negativamente a rentabilidade e as operações. O risco reputacional pode ser proveniente da percepção negativa por parte dos principais interessados (clientes, contrapartes, investidores, reguladores, agências de risco), escrutínio de partes externas (políticos, consumidores, organizações da mídia) e a contínua ameaça de processo judicial. Estes fatores podem impactar a rentabilidade e as operações, dificultando a capacidade

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Em conformidade com suas atribuições, compete ao Comitê de Auditoria do Conglomerado Prudential Bank of America zelar pela qualidade das Demonstrações Financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela independência e qualidade dos trabalhos da Auditoria Independente e da Auditoria Interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e para administração de riscos.

No decorrer do exercício foi realizada reunião de trabalho na qual estiveram presentes, além dos membros do Comitê de Auditoria, representantes da Auditoria Interna, da Auditoria Independente e de outras áreas. Destacamos os seguintes assuntos tratados:

- Revisão das Demonstrações Financeiras do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021;

de estabelecer novos relacionamentos ou manter os relacionamentos atuais com os principais interessados (investidores, reguladores, funcionários e a comunidade). O risco reputacional é gerenciado através de políticas e controles estabelecidos nos processos e negócios para mitigação tempestiva dos riscos de reputação e através de monitoramento e identificação proativa dos potenciais eventos. Os funcionários devem proteger a reputação do Conglomerado, agindo com ética e em conformidade com a legislação aplicável, conforme definido no Código de Conduta.

**Risco Estratégico:** Definido como aquele resultante de premissas incorretas sobre fatores internos ou externos; planos de negócios inadequados, como premissas agressivas, foco equivocado e/ou ambíguo; execução de estratégia de negócios ineficiente ou resposta intempestiva às mudanças nos ambientes competitivos, macroeconômicos ou regulatórios, como ações do concorrente, alteração das preferências dos clientes, obsolescência de produtos e desenvolvimento de novas tecnologias.

Outros Riscos Relevantes:

Além dos sete riscos fundamentais acima listados, o Conglomerado também monitora: Riscos sociais, ambientais e climáticos: O Conglomerado possui uma Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, que inclui o risco climático e estabeleça as diretrizes para identificação, avaliação, monitoramento e mitigação de controle dos riscos sociais, ambientais e climáticos, em aderência às Resoluções CMN nº 4.327/14 e 4.945/21. Adicionalmente, as Políticas de Risco de Crédito estabelecem requerimentos específicos para o gerenciamento dos riscos socioambientais.

Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Terrorismo: O risco reputacional e de sanções regulatórias relacionado aos crimes financeiros de lavagem de dinheiro, sanções econômicas e combate ao terrorismo é gerenciado por políticas e procedimentos globais, com endereçamento dos regulatórios locais e comprometimento de toda a organização.

Segurança da Informação e Cibernética: Conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.893/21, foram implementadas políticas, processos e procedimentos para a governança, com a indicação de um Diretor Executivo e transparência nas informações ao regulador, estabelecimento de processos de contratação de prestadores de serviços de tecnologia relevantes, compartilhamento de inteligência com o setor, bem como relatórios anuais e eventuais em caso de incidentes materializados.

**Gerenciamento de Capital:** Consolida de forma estruturada as ações implementadas pelo Conglomerado para fins de gerenciamento de capital regulatório de acordo com as determinações do Conselho Monetário Nacional, Resolução nº 4.557/17. A estrutura de capital fornece uma previsão da suficiência do capital regulatório disponível, no cenário normal e estressado, tendo em vista os objetivos estratégicos, riscos inerentes à operação do Conglomerado, lucros futuros, política de distribuição de lucros e ações corporativas previstas pela gerência executiva.

As informações quantitativas e qualitativas, não auditadas, relacionadas ao gerenciamento de riscos referentes ao Pilar 3 de Basileia III, encontram-se disponíveis no endereço eletrônico (<http://www.merrillynch-brasil.com.br/>).

21. OUTRAS INFORMAÇÕES

Operações com derivativos

No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Corretora não operou no mercado de derivativos.

Perfil de vencimento dos ativos e passivos financeiros

A tabela a seguir demonstra o perfil de vencimento dos ativos e passivos financeiros da Corretora:

Ativo	31 de dezembro de 2021		Total
	Sem vencimento	até 3 meses	
Disponibilidades	267	-	267
Instrumentos financeiros	-	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	497.486	497.486
Negociações e intermediação de valores	-	933.202	933.202
Disponíveis para a venda	18.315	-	18.315
Outros ativos financeiros	-	2.496	2.496
<b>Total</b>	<b>18.582</b>	<b>1.433.184</b>	<b>1.451.766</b>

Passivo

Negociações e intermediação de valores	31 de dezembro de 2021		Total
	Sem vencimento	até 3 meses	
	-	(933.870)	(933.870)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>(933.870)</b>	<b>(933.870)</b>

Posição líquida

	Sem vencimento	até 3 meses	Total
	18.582	499.314	517.896

31 de dezembro de 2020

Ativo	31 de dezembro de 2020		Total
	Sem vencimento	até 3 meses	
Disponibilidades	262	-	262
Instrumentos financeiros	-	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	405.712	405.712
Negociações e intermediação de valores	-	854.578	854.578
Disponíveis para a venda	17.498	-	17.498
Outros ativos financeiros	-	5.299	5.299
<b>Total</b>	<b>17.760</b>	<b>1.265.589</b>	<b>1.283.349</b>

Passivo

Negociações e intermediação de valores	31 de dezembro de 2020		Total
	Sem vencimento	até 3 meses	
	-	(853.298)	(853.298)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>(853.298)</b>	<b>(853.298)</b>

Posição líquida

	Sem vencimento	até 3 meses	Total
	17.760	412.291	430.051

Em atendimento às Resoluções 4.860/20 e 4.859/20 do Conselho Monetário Nacional, o Conglomerado Bank of America disponibiliza o canal de ouvidoria e o de denúncia através dos telefones 0800 886 2000 e 0800 721 8036, respectivamente.

DIRETORIA		
Daniel Fazzolari	Marcelo Anção Chiovatto	
Eduardo Alcalay	Monalisa Giannini Bertolotti Guardia	
Eduardo Bianchi Rolim	Pedro Lopes Asprino	
Felipe Esberard de Vasconcelos Beltrão		
	Ricardo Kenji Mukai	
	Contador – CRC - 1SP233986/O-8	

Aos Administradores e Acionistas

Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está,

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e

executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de